

JORNAL DO SINPEEM

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
FILIADO À CNTE, CUT E DIEESE - ABRIL DE 2006 - ANO 10 - Nº 90

Registro Sindical no Ministério do Trabalho outorgado pelo Processo nº 24440.025576/89

Categoria pressionou e fez o governo receber o SINPEEM

Página 4

Suspensão da greve foi aprovada pela maioria

Página 5

Governo pagará a primeira parcela da GDE, de R\$ 400,00, em junho

Página 7

Criação do grupo de trabalho é vitória dos profissionais de educação

Página 8

Programa “São Paulo é uma escola” será reavaliado com a participação dos educadores

Página 9

GREVE DESMASCARA POLÍTICA DO GOVERNO SERRA/KASSAB

Gracia Donegatti



*Durante a greve da categoria, os profissionais de educação deram demonstração de sua força. Apesar da intransigência do governo municipal, que ainda não atendeu à reivindicação salarial, nesta primeira batalha obrigamos a Prefeitura a reconhecer a necessidade de revisão do programa “São Paulo é uma escola”, a garantir a criação de um grupo de trabalho para desonerar os educadores de funções como a distribuição de leite e de material escolar; além da antecipação do pagamento da primeira parcela da GDE, em junho, no valor de R\$ 400,00, e da antecipação opcional de 50% do 13º salário. **Páginas 2 a 11***

A LUTA CONTINUA!

A nossa greve, realizada entre os dias 28 de março e 12 de abril, além da paralisação em 17 de março, demonstrou que juntos somos fortes. Ratificou o direito de greve, inclusive para o servidor público, reconhecido pelo governo municipal, que chegou a usar de ameaças e intimidações para nos fazer recuar da decisão de lutar por nossos direitos e reivindicações.

É verdade que o resultado final, após 16 dias consecutivos de greve, foi insatisfatório. Não foi o que desejávamos, mas, certamente, foi o que a nossa luta nos permitiu naquele momento para que não saíssemos derrotados.

A decisão de suspensão da greve pela maioria (60%), na assembleia geral de 12 de abril, foi taticamente acertada. Evitou o enfraquecimento do movimento, visto que muitos profissionais que iniciaram a greve já haviam retornado ou estavam voltando ao trabalho, participando apenas nos dias de manifestação; garantiu o pagamento dos dias parados e o conseqüente reconhecimento por parte do governo do nosso direito de greve; a revisão do programa "São Paulo é uma escola", que encabeçava a nossa pauta de reivindicações; a criação de um grupo de trabalho para reorganizar a logística de distribuição de leite, uniformes, material escolar e outros, desonerando professores e especialistas, devolvendo aos profissionais de educação suas verdadeiras funções; o pagamento da primeira parcela da GDE no valor de R\$ 400,00, entre outros itens.

Não obtivemos aumento salarial, mas estas conquistas, que só foram possíveis em função da nossa luta, não podem, de forma alguma, ser ignoradas. Dar continuidade à greve quando todos os indicadores apontavam que havia queda na participação dos profissionais de educação e que a situação ficaria ainda pior a partir do dia 12, nos colocaria numa situação difícil para prosseguir com a nossa batalha e, de fato, derrotarmos o governo.

A luta continua. Vamos buscar o atendimento a todas as nossas reivindicações, melhores salários, condições dignas de trabalho e manutenção dos nossos direitos.

Estão de parabéns todos que participaram deste movimento, que é um marco na luta em defesa da nossa profissão e da educação pública de qualidade.

EDITORIAL

O JORNAL DO SINPEEM é uma publicação do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
Av. Santos Dumont, 596 - CEP 01101-080 - Ponte Pequena - São Paulo - SP - Fone 3329-4500
www.sinpeem.com.br - e-mails: sinpeem@sinpeem.com.br - imprensa@sinpeem.com.br

DIRETORIA

Presidente Claudio Fonseca
Vice-presidente Adelson Cavalcanti de Queiroz
Secretário-geral Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretário-geral José Carlos Carvalho de Lima
Secretária de Finanças Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças Jacinta Maria de Oliveira Cruz
Secretário de Administração e Patrimônio Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação Mônica dos Santos Castellano Rodrigues
Vice-secretário de Imprensa e Comunicação Antonio Bonfim Moreira
Secretária de Assuntos Jurídicos Maria Cristina Augusto Martins
Vice-secretária de Assuntos Jurídicos Nilda Santana de Souza
Secretário de Formação José Donizete Fernandes
Vice-secretária de Formação Siléia Maria Vieira Barbosa
Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais Teresinha Chiappim
Vice-secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Agostinho de Paula Pereira
Secretário de Política Sindical João Baptista Nazareth Jr.
Secretária do Quadro de Apoio Reni Oliveira Pereira
Vice-secretário do Quadro de Apoio Tomaz Humberto Jabanj
Secretária para Assuntos de Seg. Social/Aposentados Myrtes Faria da Silva
Vice-secretária para Assuntos de Seg. Social/Aposentados José Edvaldo Alexandre de Amorim
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora Rosa Bernadete Palmiro
Secretário de Política Social João Kleber de Santana Souza
Secretário de Organização de Subsedes Élio Araújo da Silva

DIRETORES REGIONAIS DE SUBSEDES

Eduardo Terra Coelho
Eliazar Alves Varela
Fidelcino Rodrigues de Oliveira
Floreal Marim Botias Junior
Júlia Maia
Leila Maria da Silva Chicoli
Lilian Maria Pacheco
Luzinete Josefa da Rocha
Marcelo Alves Nishikata
Márcio da Silva Batista
Regina Maria Tavares
Thereza Christina C. de Lima

Jornalista responsável:
Graça Donegati - Mtb 22.543
Diagramação: José Antonio Alves
Fotolitos: Ajato
Impressão: Brasil Impresso
45 mil exemplares
Distribuição gratuita

Tabela de vencimentos - Abril/2006

REF/GRAUS	A	B	C	D	E
APOIO À EDUCAÇÃO					
QPE-01	457,61	487,37	519,03	552,75	588,70
QPE-02	487,37	519,03	552,75	588,70	626,96
QPE-03	519,03	552,75	588,70	626,96	667,71
QPE-04	552,75	588,70	626,96	667,71	711,11
QPE-05	588,70	626,96	667,71	711,11	757,34
QPE-06	626,96	667,71	711,11	757,34	806,56
*QPE-07	667,71	711,11	757,34	806,56	858,99
*QPE-08	711,11	757,34	806,56	858,99	914,83
*QPE-09	757,34	806,56	858,99	914,83	974,30
*QPE-10	806,56	858,99	914,83	974,30	1.037,63
JORNADA BÁSICA DO PROFESSOR					
QPE-11	509,17	542,26	577,52	615,09	655,05
QPE-12	542,26	577,52	615,09	655,05	697,61
QPE-13	577,52	615,09	655,05	697,61	742,94
QPE-14	615,09	655,05	697,61	742,94	791,25
QPE-15	655,05	697,61	742,94	791,25	842,69
QPE-16	697,61	742,94	791,25	842,69	897,51
QPE-17	742,94	791,25	842,69	897,51	955,78
QPE-18	791,25	842,69	897,51	955,78	1.017,95
QPE-19	842,69	897,51	955,78	1.017,95	1.084,15
QPE-20	897,51	955,78	1.017,95	1.084,15	1.154,62
QPE-21	955,78	1.017,95	1.084,15	1.154,62	1.229,62
JORNADA ESPECIAL AMPLIADA					
QPE-11	763,79	813,47	866,30	922,64	982,61
QPE-12	813,47	866,30	922,64	982,61	1.046,46
QPE-13	866,30	922,64	982,61	1.046,46	1.114,47
QPE-14	922,64	982,61	1.046,46	1.114,47	1.186,93
QPE-15	982,61	1.046,46	1.114,47	1.186,93	1.264,04
QPE-16	1.046,46	1.114,47	1.186,93	1.264,04	1.346,22
QPE-17	1.114,47	1.186,93	1.264,04	1.346,22	1.433,76
QPE-18	1.186,93	1.264,04	1.346,22	1.433,76	1.526,98
QPE-19	1.264,04	1.346,22	1.433,76	1.526,98	1.626,19
QPE-20	1.346,22	1.433,76	1.526,98	1.626,19	1.731,85
QPE-21	1.433,76	1.526,98	1.626,19	1.731,85	1.844,47
JORNADA ESPECIAL INTEGRAL					
**QPE-11	1.018,34	1.084,53	1.155,04	1.230,19	1.310,09
**QPE-12	1.084,53	1.155,04	1.230,19	1.310,09	1.395,22
**QPE-13	1.155,04	1.230,19	1.310,09	1.395,22	1.485,88
**QPE-14	1.230,19	1.310,09	1.395,22	1.485,88	1.582,48
**QPE-15	1.310,09	1.395,22	1.485,88	1.582,48	1.685,37
**QPE-16	1.395,22	1.485,88	1.582,48	1.685,37	1.795,02
**QPE-17	1.485,88	1.582,48	1.685,37	1.795,02	1.911,59
**QPE-18	1.582,48	1.685,37	1.795,02	1.911,59	2.035,90
**QPE-19	1.685,37	1.795,02	1.911,59	2.035,90	2.168,29
**QPE-20	1.795,02	1.911,59	2.035,90	2.168,29	2.309,25
**QPE-21	1.911,59	2.035,90	2.168,29	2.309,25	2.459,24
JORNADA BÁSICA E ESPECIAL DE 40 HORAS					
QPE-11	1.357,84	1.446,11	1.540,15	1.640,21	1.746,86
QPE-12	1.446,11	1.540,15	1.640,21	1.746,86	1.860,35
QPE-13	1.540,15	1.640,21	1.746,86	1.860,35	1.981,27
QPE-14	1.640,21	1.746,86	1.860,35	1.981,27	2.110,03
QPE-15	1.746,86	1.860,35	1.981,27	2.110,03	2.247,24
QPE-16	1.860,35	1.981,27	2.110,03	2.247,24	2.393,33
QPE-17	1.981,27	2.110,03	2.247,24	2.393,33	2.548,89
QPE-18	2.110,03	2.247,24	2.393,33	2.548,89	2.714,56
QPE-19	2.247,24	2.393,33	2.548,89	2.714,56	2.890,99
QPE-20	2.393,33	2.548,89	2.714,56	2.890,99	3.078,93
QPE-21	2.548,89	2.714,56	2.890,99	3.078,93	3.279,03
QPE-22	2.714,56	2.890,99	3.078,93	3.279,03	3.492,21
JORNADA DE 40 HORAS/AGENTE DE APOIO					
	NB-01	434,73			
	NB-02	462,98			
	NB-03	493,07			
	NB-04	525,12			
	NB-05	559,26			
	NB-06	595,61			
	NB-07	634,33			
	NB-08	675,56			
	NB-09	719,46			
	NB-10	766,23			

* Corresponde à tabela de vencimentos de ADIs

** Corresponde à tabela de vencimentos dos PDIs

GREVE: profissionais de educação deram uma lição de cidadania

Além dos atos, a categoria realizou passeatas pelas ruas da cidade para chamar a atenção das autoridades e da população para os problemas enfrentados na área da educação

Iniciamos nosso movimento em 17 de março e a greve da categoria no dia 28 do mesmo mês. Realizamos seis grandes manifestações, com a participação de milhares de profissionais de educação.

No dia 7 de abril paramos a avenida Paulista, em frente ao Masp, protestando contra as políticas do governo Serra/Kassab e pelo atendimento as nossas reivindicações salariais, funcionais e por melhores condições de trabalho. De lá, seguimos em passeata até o gabinete do prefeito, em uma das maiores manifestações do ensino municipal.

Uma verdadeira lição de

cidadania, comprovando que a greve é um direito extensivo a todos os trabalhadores, inclusive aos funcionários públicos, usada como instrumento de pressão para que os patrões ou os governos atendam as suas reivindicações. Por esta razão, ninguém pode ser punido por realizá-la, mesmo que esteja em estágio probatório, no caso dos servidores municipais. Este direito é garantido pela Constituição Federal de 1988 (Artigo 9º: "É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender").

Da intransigência às ameaças e intimidações

Com o crescimento do nosso movimento, o governo adotou a tática de negar sua existência ao mesmo tempo em que deflagrou um processo de ameaças e intimidações.

Em nota oficial, comunicou o encerramento das negociações, a inexistência de qualquer outra proposta, além do pagamento da primeira parcela da GDE, o cancelamento da reunião que havia marcado para 12 de abril e o desconto dos dias parados.

Para aplicar a decisão do NÃO-PAGAMENTO DOS DIAS PARADOS, determinou que o sistema de Folha de Pagamento fosse reaberto e que as unidades apontassem faltas injustificadas a todos os participantes da greve.

Em muitas escolas, esta determinação foi seguida à risca. Em algumas, houve resistência, com diretores se recusando a acatar a ordem, conforme orientação do SINPEEM.



Entre os dias 28/03 e 12/04 foram realizados cinco atos e assembléias, inclusive com passeatas pelo Centro



Comandada pelo presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, a manifestação de 7 de abril contou com a participação de cerca de 20 mil pessoas, que fecharam a avenida Paulista para exigir educação de qualidade para todos

Sindicato orientou escolas a resistirem

A intransigência do governo em não atender às reivindicações, com ameaças e intimidações, causou reflexos no nosso movimento. Os comandos de greve passaram a ter mais dificuldades para manter as escolas que estavam totalmente paradas, elevar o índice de paralisação daquelas em que havia participação parcial ou parar as unidades onde ninguém havia aderido.

Os pedidos para que a Diretoria e o comando de greve visitassem estas escolas para convencer os colegas chegavam ao sindicato às centenas, revelando problemas para a manutenção da greve após o dia 12/04.

Reuniões indicaram maior participação nos atos

Foi constatado que boa parte dos profissionais que participavam da greve já estavam voltando ao trabalho, parando apenas nos dias de manifestação

A assembleia geral realizada no dia 7 deliberou que para a reunião de representantes sindicais do SINPEEM, programada para 11/03, não haveria dispensa de ponto, tendo em vista que ocorreria em pleno período de greve.

Realizada no dia marcado, serviu para que tivéssemos indicadores da adesão à greve, bem como para debater e organizar a sua continuidade. Ficou evidente, no entanto, que já tínhamos

problemas. Dos 3,4 mil representantes sindicais eleitos nas unidades, somente 1.200 compareceram. Ao serem indagados sobre o número de escolas paradas e sobre a continuidade da greve a partir do dia 12 de março, poucos afirmaram positivamente. A maioria deixou clara a dificuldade de manter o movimento e a necessidade de o sindicato garantir, na luta, o pagamento dos dias parados.



Milhares de profissionais de educação participaram das manifestações

Pressão fez o governo receber o SINPEEM e apresentar propostas

Trabalhamos bastante e conseguimos realizar uma grande manifestação no dia 12 de abril, que forçou o governo a receber o sindicato e voltar a negociar. Durante a reunião, foram apresentadas as seguintes propostas, condicionadas à suspensão da greve:

- 1 – pagamento dos 17 dias de greve e nenhuma punição aos participantes ou diretores que se recusaram a fazer novo apontamento conforme determinado pela secretaria de gestão;
- 2 – antecipação do pagamento da primeira parcela da GDE, do mês de julho para junho, ampliando seu valor legal de R\$ 165,00, para R\$ 400,00;
- 3 – instalação de procedimento de avaliação e apresentação de propostas pelas escolas referentes ao programa “São Paulo é uma escola” com o seguinte calendário:
 - 17/04 a 08/05 – debate e avaliação nas unidades escolares;
 - 09/05 – entrega das avaliações e propostas nas coordenadorias;
 - 15/05 – entrega da consolidação das avaliações e propostas pelas coordenadorias à Secretaria Municipal de Educação;
- 4 – melhoria das condições de trabalho nas escolas. Será criado um grupo de trabalho para reorganizar a logística de distribuição de leite, uniformes, material escolar e outros, desonerando professores e especialistas destas funções, devolvendo aos profissionais de educação suas verdadeiras funções;
- 5 – antecipação, opcional, de 50% do 13º salário em junho deste ano e, em 2007, na data de aniversário do servidor;
- 6 – prorrogação dos prazos de todos os concursos públicos para cargos da carreira do magistério;
- 7 – realização de concursos para cargos do quadro de apoio;
- 8 – valorização salarial. A discussão sobre salários ocorrerá nas reuniões ordinárias da Mesa Central de Negociação, composta também por demais entidades que representam outros segmentos de servidores públicos do município;
- 9 – evolução funcional do quadro de apoio. A SMG assumiu o compromisso de concluir o estudo jurídico sobre a contagem do tempo anterior, a efetivação, para efeitos de enquadramento por evolução funcional para o quadro de apoio e apresentar seus resultados nas reuniões que serão realizadas na Mesa Setorial de Educação.

Suspensão da greve e continuidade da luta

A decisão da categoria de suspender a greve não implica em deixar de reconhecer que as propostas do governo são insatisfatórias. O reajuste salarial não aconteceu e outras reivindicações referentes à valorização e melhoria das condições de trabalho também não foram atendidas.

A decisão foi tomada diante da conclusão de que a rejeição à proposta de retorno com a garantia de pagamento dos dias parados necessitava de um movimento ainda maior na semana seguinte ao dia 12/04, com maior participação da categoria, para forçar o governo a atender nossas reivindicações.

No entanto, na última semana da greve e, principalmente, com a decisão do governo de exigir que as escolas apontassem faltas injustificadas, o movimento começou a esvaziar, ficando a participação de muitos colegas restritas à presença nos atos.

A continuidade da greve até o dia 19 de abril, como foi proposto e defendido por três associados na assembleia geral, levaria a categoria a uma perda de 24 dias de salário, sem que tivéssemos, na semana seguinte, o mesmo nível de participação dos profissionais de educação em greve.

Isto sim implicaria em DERROTA, que criaria uma situação muito difícil para a continuidade da nossa luta.

Maioria votou pela suspensão da greve

Após as defesas pela continuidade e suspensão da greve, as propostas foram colocadas em votação

O debate sobre as propostas de continuidade da greve, ainda que o governo descontasse os dias parados, ou a suspensão, com a garantia do pagamento dos dias parados, foi realizado antes da votação.

Após as defesas, foi observado que cerca de 60% dos presentes optaram pela proposta de suspensão da greve, com o pagamento dos dias parados e continuidade da nossa luta por melhores salários, condições de trabalho e manutenção dos nossos direitos.

A aprovação desta proposta foi, inclusive, reconhecida em público pela defensora da proposta de continuidade da greve. Portanto, a decisão foi democrática e refletiu o que a maioria da categoria pensava e desejava naquele momento.



Fernando Cardozo

Diretora do SINPEEM, Rosa Palmiro, defensora da continuidade da greve, reconhece e anuncia a decisão da maioria pela suspensão da greve

MOVIMENTO TEVE SALDO POLÍTICO POSITIVO

Ninguém pode ignorar os efeitos da nossa greve. Além de forçar o governo a voltar a negociar, apresentando propostas – consideradas insuficientes pela categoria – e o pagamento dos dias parados, nosso movimento iniciou o desmascaramento da política educacional do governo.

Deixou claro a farsa do programa “São Paulo é uma escola”, problemas de logística, falta de pessoal e estrutura das escolas. Além disso, ganhamos larga divulgação sobre os baixos salários.

A conquista, pelo SINPEEM, do pagamento dos dias parados fez com que o governo reconhecesse o direito de greve e serviu, inclusive, para que alguns coordenadores regionais de educação reconhecessem seus limites de atribuições e de poder.

A continuidade da greve, com o retorno da maioria, deixaria o sindicato sem poder de negociação, perda dos dias parados e grandes dificuldades para convencer aqueles que participaram, desde o início desta greve, a participarem de novas batalhas, porque, seguramente, a guerra ainda não terminou.

ATOS DE VIOLÊNCIA DESRESPEITARAM A DECISÃO DA MAIORIA

Após a aprovação da suspensão da greve, ficou claro que algumas pessoas não desejavam, na verdade, alcançar conquistas para a categoria. Preferiam nos levar à derrota, para responsabilizar a Diretoria do SINPEEM pelo resultado.

Ficou claro, também, que estas pessoas não estão preparadas, tampouco respeitam as diferentes opiniões, agredindo a todos que delas discordam.

Ao agredirem o presidente e outros integrantes da Diretoria e até mesmo pessoas que votaram na proposta vencedora, agrediram a todos, mesmo os que votaram pela continuidade da greve. Alguns arremessaram água, garrafas e portavam pedaços de paus e incitavam pessoas de outras categorias e até meninos de rua a também participarem dos atos de violência. A situação só não ficou pior porque o presidente Claudio Fonseca se manteve tranqüilo no caminhão de som, sem revidar.

O desrespeito à decisão da maioria é método de quem não respeita a democracia e quer impor suas posições por meio de atos violentos.



Graça Donegatti

As agressões feitas por um grupo aos membros da Diretoria do sindicato desrespeitaram o direito de liberdade de expressão, ou seja, a democracia

SINDICATO CONQUISTA PRORROGAÇÃO DE CONCURSOS

Em função da pressão do SINPEEM, os concursos públicos realizados em 2004, que expirariam nos meses de junho e novembro, serão prorrogados por mais dois anos.

Os concursos de 2002, que expiram em 10 de maio, não podem mais ser prorrogados.

Ainda faltam ser convocados dos concursos de 2004:

4.520	professores adjuntos de ensino fundamental II
8.309	professores adjuntos de educação infantil
11.605	professores de desenvolvimento infantil (PDI)
6.234	diretores (2.876 por acesso e 3.358 por ingresso)
1.430	supervisores (804 por acesso e 626 por ingresso)

Pressão é fundamental para o resultado da negociação

Normalmente, os governos costumam resistir à instalação do processo de negociação com as entidades sindicais



Além do presidente Claudio Fonseca, participaram da reunião de 12 de abril, na SMG, os diretores do SINPEEM Teresinha Chiappim, João Kleber e Antônio Bonfim

A negociação entre o governo e a representação sindical – no caso o SINPEEM – pode acontecer a partir do momento em que é protocolada a pauta de reivindicações pelo sindicato, devidamente acompanhada do pedido de audiência para início das conversas entre as duas partes.

Pode acontecer, também, por iniciativa do gover-

no ou como resposta do sindicato contra mudanças por ele pretendidas ou impostas e que sejam consideradas contrárias aos interesses e direitos da categoria.

É um processo em que sempre participam, no mínimo, duas partes, e que ocor-

re por entendimento ou por pressão de uma delas.

Como no geral, os governos resistem à instalação do processo de negociação em quase a totalidade dos casos ocorre por iniciativa ou pressão da categoria, por meio do sindicato.

Instalação da mesa é o primeiro passo do processo

Vencida a resistência do governo para iniciar o processo, instala-se a mesa de negociação, com a presença dos integrantes de ambas as representações.

Na gestão passada, o governo era representado por assessores das Secretarias Municipais de Gestão e de Educação. Os secretários destas pastas não participavam diretamente das reuniões. Na atual gestão, a fórmula se repete.

O SINPEEM, dependendo do assunto, momento ou restrição imposta pelo governo quanto ao número de integrantes das mesas, participa com três ou cinco membros.

Nas reuniões ocorridas, por exemplo, durante a greve da categoria, estiveram presentes três ou quatro membros. Na última reunião, ocorrida em 12/04, além do presidente Claudio Fonseca, participaram os diretores do sindicato João Kleber, Antônio Bonfim e Terezinha Chiappim (Teca).

É obvio que um processo que não tem a participação direta de quem, de fato, decide é muito mais moroso. Os assessores não decidem sem também realizarem, entre uma reunião e outra, reuniões com os secretários destas pastas que, por sua vez, se reúnem com os secretários de Governo e de Finanças, até a decisão final do prefeito.

Por sua vez, apresentadas as reivindicações pela comissão de negociação do sindicato e obtida qualquer contraproposta do governo, o acordo só ocorre após a aprovação da categoria, reunida em assembléia geral.

Portanto, não há acordo entre governo e sindicato sem a aprovação da categoria, ainda que a comissão consiga um entendimento bastante satisfatório, ao seu juízo.

NEM SEMPRE AS NEGOCIAÇÕES RESULTAM EM ENTENDIMENTO

Negociar é buscar entendimento. É jogo entre pessoas ou instituições em posições e com poderes de tomada de decisões distintas.

Por se tratar de um jogo em que seus personagens representam interesses distintos, nem sempre, ou melhor, na maioria das vezes, não resulta em entendimento.

E é exatamente neste momento quando, além da capacidade de argumentação por parte da representação dos trabalhadores para demonstrar que suas reivindicações são justas e necessárias, precisamos também exercer pressão, posto que os governos sempre argumentam que faltam os recursos necessários.

A pressão que exercemos pode ocorrer com o uso de diferentes formas de lutas: atos, com a presença de representantes; manifestações públicas e denúncias através dos meios de comunicação, representações judiciais, greve, entre outras.

A greve é ação de risco, como qualquer outra forma de pressão. É um recurso legal e uma legítima forma de luta dos trabalhadores, que devem decidir, livremente, a oportunidade e por quais razões a utilizarão. Podemos, com o seu uso, obter vitória total, parcial ou sermos derrotados.

O momento de iniciá-la e de terminá-la deve ser analisado com rigor, avaliando-se os fatores objetivos e subjetivos, para a tomada de decisão.

No caso da greve que realizamos de 28/03 a 12/04 não se discute o acerto das reivindicações e o momento em que foi iniciada. No entanto, a sua suspensão, ainda que tenha ocorrido por decisão da maioria presente na assembléia geral, foi polêmica e cercada de muitos debates.

Apesar da polêmica, a decisão não desconsiderou os fatores objetivos como a queda no número de participantes, o período de feriado prolongado, a proximidade de fechamento da folha de pagamento, que já provocavam pressões sobre a categoria.

Primeira parcela da GDE, no valor de R\$ 400,00, será paga em junho

O valor foi ampliado em função da pressão da categoria; os critérios para sua concessão serão considerados a partir da publicação do decreto

A Gratificação por Desenvolvimento Educacional (GDE) foi instituída pelas Leis nºs 13.273/02 e 13.274/02, que receberam algumas alterações posteriores sem, no entanto, alterar os critérios para a sua aplicação.

O valor máximo legal da GDE pode alcançar o corresponde ao valor da referência padrão do QPE-14 A, da Jornada Especial Integral, de R\$ 1.230,19.

O valor será calculado e pago individualmente, de acordo com o desempenho da unidade educacional, observada a quantidade de ausências decorrentes de licenças médicas de curta dura-

ção, faltas justificadas e injustificadas dadas pelo servidor no ano de 2006.

A GDE é paga em duas parcelas. A primeira corresponde a 30% do valor recebido no ano anterior e a segunda é disciplinada em decreto.

Para efeito de apuração do desempenho da unidade educacional são observados a lei e critérios fixados anualmente, por meio de decreto.

O valor apresentado pelo governo, como resultado das nossas pressões, foi ampliado de R\$ 165,00, como prevê a lei, para R\$ 400,00, e seu pagamento adiantado do mês de julho para o junho.

GDE foi criada à revelia dos interesses da categoria

Os profissionais de educação sempre foram contrários à política de concessões de abonos ou gratificações. As aplicações destes benefícios distorcem as vantagens decorrentes do desenvolvimento das carreiras e, no geral, são criados excluindo-se os aposentados.

A GDE, criada pelo governo Marta, não é diferente, pois é paga com as receitas orçamentárias vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino e possui muitas distorções.

No ano passado, por exemplo, até mesmo os dias em que o servidor ficou em licença médica foram des-

OBSERVE OS VALORES PAGOS DESDE A CRIAÇÃO DA GDE

2002	2003	2004	2005	2006
Pagamento em parcela única, no mês de dezembro.	Valor total de R\$ 825,00.	Valor total de R\$ 247,50.	Valor total de R\$ 547,50.	Valor total: (?).
Valor variou entre R\$ 650,00 e R\$ 1.090,00 , em função da avaliação do desempenho de cada unidade.	Primeira parcela de R\$ 247,50 2ª parcela de R\$ 577,50 – só foi paga depois de várias manifestações da categoria e, ainda assim, dividida em duas vezes (fevereiro e março de 2004).	Primeira parcela de R\$ 247,50 – só foi paga em setembro, depois de três dias de paralisação da categoria. O compromisso assumido em negociação, de que a segunda parcela seria paga em dezembro, não foi concretizado. A ex-prefeita não pagou e o governo Serra/Kassab, até hoje, não reconheceu o débito.	Primeira parcela de R\$ 247,50, paga em julho, conforme a lei. Segunda parcela de R\$ 300,00, paga em dezembro. Obs: Além da GDE, foi pago em dezembro, abrangendo ativos e aposentados, um abono para todos os servidores no valor de R\$ 300,00.	Obs: o valor legal da primeira parcela seria de R\$ 165,00, correspondente a 30% do valor total pago no ano anterior. O valor que será pago em junho (antecipação) será de R\$ 400,00. O valor da segunda parcela, a ser paga em dezembro, ainda não foi definido.

Vigias e agentes de apoio também receberão a primeira parcela da GDE

Apesar da nossa luta pela valorização do padrão de vencimentos e de sermos contrários à política de abonos e gratificações, não podemos aceitar que nenhum profissional de educação ativo ou aposentado ou servidor lotado ou em exercício nas unidades escolares sejam excluídos de qualquer direito, vantagem ou benefício.

O pagamento da GDE para os agentes de vigilância e de apoio foi uma conquista do SINPEEM. Estes servidores, no mês de junho, também receberão a primeira parcela, no valor de R\$ 400,00.

A reivindicação para que eles integrem o Quadro dos Profissionais de Educação faz parte da nossa pauta e por ela continuaremos lutando, até a vitória.

Antecipação do 13º é opcional

A proposta apresentada pelo governo de pagamento no mês de junho deste ano, de 50% do valor do 13º salário não poderia ser aceita se fosse imposta compulsoriamente, ou seja, se independentemente da opção de cada servidor a Prefeitura decidisse parcelar o pagamento desse direito.

No entanto, assegurado como foi, em forma de antecipação, só ocorrerá mediante opção do servidor e deve

ser vista como uma medida positiva. Com certeza, uma conquista do nosso movimento.

Atualmente, muitos servidores, para resolver problemas financeiros momentâneos, utilizam os serviços de antecipação do pagamento do 13º oferecidos pelos bancos.

Pagam juros, por se tratar, na verdade, de um empréstimo, ainda que seja utilizado como seguro o 13º salário.

A antecipação por opção do servidor tem a vantagem de não se caracterizar como empréstimo bancário.

Ao optarem por esta antecipação, os servidores poderão diminuir, inclusive, o valor do desconto no imposto de renda no mês de dezembro. Portanto, é uma medida que não prejudica os servidores e que deve ser entendida como uma conquista para os que dela precisarem.

Criação de grupo de trabalho é vitória do nosso movimento

Esta iniciativa pode fazer com que os educadores voltem a desempenhar seu verdadeiro papel no processo de ensino/aprendizagem

Em 1996, o ex-prefeito Maluf, ao deixar o governo, anunciou o programa Leve-leite como uma das marcas de sua gestão na área de educação.

O programa, que consiste em distribuir leite às crianças nas escolas, recebeu a crítica e oposição de vários setores e dos profissionais de educação, por empenhar o pessoal da educação e a logística das unidades em atividade alheia ao processo ensino/aprendizagem.

Animados com os efeitos eleitorais que programas assistências podem obter, os

governos que sucederam Maluf, nele inspirados, não deixaram por menos.

A ex-prefeita Marta Suplicy, através de mudança na Lei Orgânica do Município, fixou em, no mínimo, 31% os gastos com educação. Na verdade, usou de um expediente para descaracterizar o absurdo que foi se apropriar de 6% das verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino para gastos com a chamada educação inclusiva, ou seja, assistencialista, como os programas Renda Mínima, Bolsa Trabalho, Começar de Novo, transporte

escolar, uniforme escolar, entre outros.

Não bastasse a redução da verba da educação e o uso indevido dos recursos, as escolas ficaram com a responsabilidade de aplicar estes programas, inchando e descaracterizando ainda mais suas atribuições.

Com o governo Serra, a situação crítica de funcionamento das escolas continuou se aprofundando. Aos programas já existentes se somou a distribuição, nas escolas, de tênis, meias e outros.

Com isso, as equipes das unidades passaram a dedicar o maior e melhor do seu tempo e de suas potencialidades à administração destes programas. Tiveram suas reais atribuições vinculadas ao processo ensino/aprendi-

zagem totalmente invertidas e aviltadas.

Desta forma, as escolas vão deixando de ser o palco principal e privilegiado para o pleno desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem para se tornarem estruturas voltadas, quase que exclusivamente, à execução de políticas assistenciais.

O inchaço da escola com o acúmulo de tarefas, sem pessoal específico nem a logística necessária, é mais do que visível e conhecido. Chegamos ao absurdo de desativação de salas de aulas, salas de leitura, de espaços destinados para o estudo e planejamento dos profissionais de educação, que foram transformados em depósitos de materiais, uniformes, leite e merenda.

A greve que realizamos também teve a finalidade de denunciar e exigir providências quanto ao funcionamento das escolas, falta de pessoal, logística e desvio de suas reais funções.

Nosso movimento forçou o governo a reconhecer os problemas e criar um grupo de trabalho, visando organizar a logística de distribuição de leite, uniformes, material escolar e outros, desonerando os profissionais de educação destas funções.

Obviamente, não basta a criação deste grupo, mas a continuidade da nossa presença fará com que não fique só no diagnóstico dos problemas.

Sem dúvida, neste aspecto, nosso movimento foi vitorioso.

Sindicato defende isonomia entre ativos e aposentados

Os profissionais de educação aposentados, assim como os que ainda se encontram em atividade, estão submetidos à mesma política salarial. Os reajustes, quando ocorrem, mal cobrem a inflação acumulada no ano.

A tabela abaixo indica os reajustes aplicados de 2001 a 2006. Não houve, neste período, nenhuma distinção entre percentuais aplicados para ativos e aposentados. No entanto, esta isonomia de tratamento, não é respeitada, quanto à aplicação da GDE. Por esta razão, durante os 17 dias de greve que realizamos defendemos que esta vantagem também fosse extensiva aos aposentados. O governo, no entanto, se manteve intransigente nesta questão e também se recusa a aplicar o reajuste salarial geral para todos os profissionais de educação.

Verifique os reajustes da categoria entre janeiro/2001 e dezembro/2005

MÊS/ANO	DESCRIÇÃO	REAJUSTES
Março/2001	Pagamento do reajuste legal, referente ao quadrimestre julho/outubro de 2000.	3,26% Obs: este percentual já havia sido anunciado em novembro/2000, portanto, foi pago com efeito retroativo a este mês
Março/2001	Aplicação do reajuste referente ao quadrimestre novembro/2000 a fevereiro/2001.	0,70%
Dezembro/2001	Reajuste conseguido após vários atos organizados pelo SINPEEM, exigindo aumento e aplicação das verbas da educação.	5,00%
Maio/2002	Reajuste do funcionalismo na data base. Primeira parcela do total de 7,41%, obtidos após as mobilizações organizadas pelo SINPEEM, no ano anterior.	2,00%
Janeiro/2003	Segunda parcela do total de 7,41% obtidos em maio/2001.	2,62%
Maio/2003	Reajuste do funcionalismo na data-base.	0,01%
Julho/2003	Reajuste obtido com as manifestações do SINPEEM durante a aprovação da lei do pessoal de nível médio. Obs: neste mês, além desse reajuste, conseguimos mais 3,20%, especificamente para o quadro de apoio	3,00% (para docentes e especialistas) 6,3% (específico para o quadro de apoio) – conquista do SINPEEM
Agosto/2003	Reajuste obtido após mobilizações da categoria.	3,00%
Janeiro/2004	Terceira parcela do total de 7,41%, obtidos em maio/2002	2,62%
Maio/2004	Reajuste na data-base, após sete manifestações com paralisação, sendo quatro greve da categoria.	2,01%
Maio/2005	Reajuste na data-base do funcionalismo.	0,10%
Novembro/2005	Reajuste referente ao quadrimestre julho/outubro.	1,17%

Secretário municipal de Educação recebeu o SINPEEM

SME reconheceu que há falhas no programa "São Paulo é uma escola" e se comprometeu em reavaliá-lo, com a participação dos educadores

O secretário municipal de Educação, Alexandre Schneider, recebeu o presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, e representantes

das outras entidades do magistério, no dia 11 de abril, ainda durante o período da greve da categoria.

Após ouvir a todos, fez

considerações quanto ao pouco tempo que estava à frente da SME e sobre sua disposição para o diálogo.

Assumiu o compromisso de instalar um processo participativo de avaliação sobre o programa "São Paulo é uma escola", respeitar as particularidades de cada unidade e promover as alterações necessárias.

Afirmou que o programa

será mantido, mas, considerou que, além da necessidade de assegurar condições para a sua realização, é preciso também respeitar o projeto de cada unidade.

A reunião ocorreu em clima de mal-estar, na medida em que os integrantes da equipe do ex-secretário Pinotti expressavam contrariedade com a posição do novo secretário de avaliar e

rever pontos do "São Paulo é uma escola".

Cobramos a realização de novas reuniões com o secretário, em caráter de urgência, deixando claro que não há nenhuma possibilidade de obter bons resultados na educação sem que sejam garantidas condições para as escolas e valorização dos profissionais de educação.

Categoria desmascara política educacional do governo Serra/Kassab

Se tivéssemos saído em campanha aberta contra o programa "São Paulo é uma escola" não teríamos, talvez, alcançado com tanta eficácia o nosso objetivo de desmascarar toda a propaganda oficial feita em torno do que o governo municipal denomina a sua principal política social.

A farsa da garantia de o aluno poder permanecer por mais tempo na escola desenvolvendo atividades educacionais, esportivas e culturais foi sendo compreendida por uma parcela importante da população e da imprensa, na

medida em que o nosso movimento se desenvolvia.

Em diferentes matérias sobre a greve conseguimos denunciar a falta de material e de pessoal; o improvisado e a pressa na contratação de ONGs, responsáveis por oficinas e oficinas; os resultados negativos já sentidos nas escolas, com o desmonte das salas de leitura e de informática etc.

Conseguimos fazer com que até mesmo o jornalista Gilberto Dimenstein publicasse artigos dando destaque para as contradições existentes entre a remuneração de um professor e de uma diarista e, ao final, ainda que defenda que nada se altere no programa "São Paulo é uma escola" diga que para que funcione deve-se investir no professor e nos demais profissionais de educação.

Encerrada a greve, o editorial do jornal Folha de São Paulo, publicado no dia 13 de abril, deixou claro que se a greve não conseguiu o reajuste salarial pleiteado atingiu um dos seus objetivos, que era conseguir o compromisso do governo em promover mudanças na sua principal política educacional.

Ainda que se coloquem na condição de defensores do "São Paulo é uma escola" e anunciem que o processo de avaliação que conseguimos trazer riscos para a sua continuidade, não deixaram de nos dar razão quanto à necessidade de investir na valorização dos profissionais de educação.

Por mais que não se queira, a vitória no questionamento das políticas do governo Serra deve ser reconhecida. Uma vitória importante da categoria! Uma vitória do SINPEEM.

Por mais que não se queira, a vitória no questionamento das políticas do governo Serra deve ser reconhecida. Uma vitória importante da categoria! Uma vitória do SINPEEM.

Por mais que não se queira, a vitória no questionamento das políticas do governo Serra deve ser reconhecida. Uma vitória importante da categoria! Uma vitória do SINPEEM.

Qual foi a sua participação no movimento?

Com a suspensão da greve, diferentes avaliações são feitas sobre a organização do movimento, a participação dos representantes, dos conselheiros, da Diretoria, de cada um dos integrantes da categoria e os resultados alcançados.

Muitas vezes, a avaliação de quem afirma que nenhum resultado foi obtido e que não

vale a pena lutar vem dos que paravam somente nos dias de manifestações e até dos que votavam pela continuidade da greve nas assembleias e voltavam a trabalhar.

Com certeza há, entre aqueles que participaram desde o começo e que por avaliarem que a continuidade da greve poderia ampliar as conquistas, houve um sentimento de derrota e responsabilização a Diretoria do sindicato.

O debate de idéias, visões, melhor forma e encaminhamento da luta, num ambiente como o nosso, é tudo que se espera, para que possamos continuar a luta com chances de obter mais vitórias.

Não se pode, no entanto, responder com violência física ou ataques pessoais, que acabam, na verdade, desviando o foco dos problemas e ajudando o governo. Nesse sentido, é o momento de, além de atribuir culpas ou responsabilidades, cada um se perguntar: qual foi a minha participação no movimento e quais os fatores que impediram que tivéssemos um resultado mais satisfatório?

com a suspensão da greve, garantido o pagamento dos dias parados, nosso compromisso com os alunos e segmentos da sociedade que nos apoiaram, de repor os dias letivos, deve ser efetivado.

Escolas têm autonomia para organizar reposição

Para que isso ocorra de forma planejada e sem pressões de quem quer que seja da hierarquia da Secretaria Municipal de Educação, exigimos que seja respeitada a autonomia das unidades.

O plano de reposição elaborado coletivamente e aprovado pelo Conselho de Escola deve ser entregue para o conhecimento das Coordenadorias Regionais de Educação.

O SINPEEM também defendeu e conseguiu que a reposição seja organizada até o final deste ano. Assim, pode ser organizada considerando o ano escolar, não sendo obrigatória a necessidade de ocorrer integralmente neste semestre.

A Portaria Intersecretarial nº 001/06 (SMG/SME), sobre a reposição dos trabalhos escolares durante o período de greve, foi publicada na página 3 do Diário Oficial de 21/04/2006.

RETROSPECTIVA DOS 16 DIAS DE GREVE

A decisão de iniciarmos a nossa luta pelas reivindicações salariais, funcionais, melhoria das condições de trabalho e contra os efeitos da política educacional do governo Serra/Kassab foi cercada de acertos. A greve, além de ganhar o apoio da opinião pública e até mesmo da grande imprensa, foi fortalecida com as ameaças do governo. Acompanhe a evolução do nosso movimento e as atividades que foram realizadas, com a participação de milhares de profissionais de educação.



23/02/2006

Cerca de 3,4 mil representantes de escolas aprovaram a nossa pauta de reivindicações e a realização de assembléia geral no dia 11 de março.



11/03/2006

Em assembléia geral da categoria, no Centro de Formação do SINPEEM, a pauta de reivindicações foi ratificada. Na ocasião, também foi aprovada a realização de ato, com paralisação, no dia 17 de março, em frente à Secretaria Municipal de Gestão.



17/03/2006

Cerca de três mil profissionais de educação participaram do ato e assembléia geral. Durante reunião com a comissão de negociação do SINPEEM, representantes do governo alegaram que ainda não haviam tido tempo de analisar a pauta de reivindicações e que o nosso movimento era precipitado, já que a data-base da categoria é no mês de maio. A maioria aprovou o início da **GREVE** em 28 de março, em resposta ao descaso do governo em atender às reivindicações da categoria.



28/03/2006

Iniciamos a nossa greve, com a participação de mais de sete mil profissionais de educação, na manifestação realizada em frente à Secretaria Municipal de Gestão. Recebida por representantes das secretarias municipais de Educação e de Gestão, a única proposta feita à comissão de negociação do SINPEEM foi a de pagamento da primeira parcela da Gratificação por Desenvolvimento Educacional (GDE), em julho, no valor de R\$ 350,00. Quanto à reivindicação de reajuste salarial, nada foi dito. Na reunião, o representante da SME assumiu o compromisso de debater o programa "São Paulo é uma escola", que vem desorganizando as unidades escolares.

A proposta referente à GDE foi rejeitada pela categoria, que decidiu pela continuidade da **GREVE** e uma nova assembléia geral no dia 31 de março.



31/03/2006

Cerca de seis mil pessoas comparecem à manifestação de 31 de março, desta vez em frente à sede da Prefeitura, no viaduto do Chá. Neste dia, no mesmo horário do nosso ato, o então prefeito José Serra, reunido com seu secretariado, comunicou sua renúncia ao cargo, transmitindo-o ao seu vice, Gilberto Kassab. A comissão de negociação do SINPEEM foi recebida por assessores das secretarias municipais de Governo e de Educação, que declararam não haver nenhuma proposta para apresentar à categoria. Diante desta resposta, os profissionais de educação aprovaram a continuidade da **GREVE** e realizaram passeata até a Câmara Municipal, onde encerraram o ato.



04/04/2006

Há oito dias em greve, sete mil profissionais de educação fecharam a rua Líbero Badaró, à espera de uma resposta do governo às reivindicações da categoria. Sem perspectiva de atendimento e contrariando as expectativas do governo, que acreditava no fim do nosso movimento e informava que as escolas estavam funcionando normalmente, a categoria decidiu manter a **GREVE** e realizar uma nova manifestação no dia 07/04. Os manifestantes saíram em passeata pela região central da cidade. Nos dias 5 e 6 de abril, foram feitas visitas às escolas que funcionavam parcialmente ou que ainda não haviam aderido à **GREVE**, num trabalho de convencimento e de conscientização sobre a importância da união de todos no momento de luta por nossos direitos e reivindicações.



07/04/2006

Cerca de 20 mil pessoas tomaram a avenida Paulista, em frente ao Masp. Diante da falta de resposta do governo, os manifestantes, munidos de faixas e cartazes decidiram, por UNANIMIDADE, manter a **GREVE** e seguiram em passeata até a sede da Prefeitura, no viaduto do Chá, com o seguinte calendário definido:

10/04/06

Trabalho de base dos comandos de greve: visitas às escolas parcialmente paradas e às unidades que ainda não haviam aderido à greve, além do trabalho de conscientização com a população sobre os motivos da paralisação.

11/04/06

9h – reuniões de representantes de escolas descentralizadas, **SEM DISPENSA DE PONTO**.

14h – participação na manifestação em frente à Secretaria Municipal de Educação (rua Borges Lagoa, 1.230, Vila Clementino), convocada pelo Sindicato dos Especialistas (Sinesp) e também aprovada em nossa assembléia.



12/04/06

Manifestação e assembléia geral, às 14h, na rua Líbero Badaró, 425, em frente à Secretaria Municipal de Gestão, com a participação de mais de seis mil profissionais de educação, que decidiram suspender, temporariamente, a greve, após o governo ter reiniciado o processo de negociação com a categoria, inclusive garantindo o pagamento dos dias parados e a revisão do programa "São Paulo é uma escola", uma das principais reivindicações da categoria.



Fernando Cardozo

Festa das mães em Ibiúna

Dê de presente à sua mãe um dia agradável no SINPEEM Park Hotel, em Ibiúna (SP), longe do corre-corre de São Paulo. O sindicato está preparando uma linda festa para 14 de maio, Dia das Mães, com muitas atividades. Não perca. Inscrições de 2 a 5 de maio, pelo telefone 3329-4500, ramal 3, ou pelo e-mail colonia.lazer@sinpeem.com.br.

Feriado e férias

De 8 a 12 de maio, estarão abertas as inscrições para o feriado de Corpus Christi (período de 15 a 18 de junho) no SINPEEM Park Hotel, em Ibiúna (SP).

O sorteio será dia 15 de maio e o pagamento do passeio deverá ser efetuado entre os dias 22 e 26 de maio.

Aproveite também para começar a planejar o recesso julho. As inscrições para Ibiúna serão feitas entre 13 e 17 de junho, para os períodos de 8 a 12/07, 14 a 18/07 e 20 a 23/07. O sorteio será em 20 de junho e o pagamento de 26 a 30 de junho.

DVB OFERECE DESCOSTO ESPECIAL PARA ASSOCIADOS

A DVB Corretora de Seguros oferece aos associados SINPEEM descontos especiais no seguro novo ou renovação de seu veículo e também de sua residência pela Cia de Seguros Porto Seguro.

A empresa fica na avenida Cruzeiro do Sul, 2.619, 3º andar, Carandiru. Ligue 6221-3159 e 9919-2561 e faça um orçamento sem compromisso.

PRÓXIMAS EXCURSÕES

VIAGENS MÊS DE JULHO – 1º PAGAMENTO PARA 30/06

BELEM DO PARA / ILHA DO MARAJÓ (PA)

Saída: 01/07/2006 – **Retorno:** 07/07/2006 – **Transporte:** aéreo
Hospedagem: 6 noites em hotel 4 estrelas – **Alimentação:** meia pensão
Inclusos: guia, transfer e ingressos para os passeios do roteiro
Valor por pessoa apto duplo: R\$ 2.800,00 – (10 x R\$ 280,00)
Opção só com aéreo/ hotel com café da manhã e transfer:
 R\$ 2.500,00 (10 x R\$ 250,00) – **Inscrições:** 08/05 a 12/05

SÃO LUÍS - LENÇÓIS MARANHENSES (MA)

Saída: 08/07/2006 – **Retorno:** 15/07/2006 – **Transporte:** aéreo
Hospedagem: 7 noites em hotel 4 estrelas – **Alimentação:** meia pensão
Inclusos: guia, transfer, ingressos para passeios e taxa de embarque
Valor por pessoa apto duplo: R\$ 2.100,00 (10 x R\$ 210,00)
Opção só com aéreo/ hotel com café da manhã e transfer: R\$ 1.900,00
 (10 X R\$ 190,00) – **Inscrições:** 02/05 a 08/05

SERRAS GAÚCHAS (RS)

Saída: 09/07/2006 – **Retorno:** 15/07/2006 – **Transporte:** aéreo
Hospedagem: 6 noites em hotel 4 estrelas – **Alimentação:** pensão completa
Inclusos: guia, transfer e ingressos para os passeios do roteiro
Valor por pessoa apto duplo: R\$ 1.500,00 (10 x R\$ 150,00)
Opção só com aéreo/ hotel com café da manhã e transfer: R\$ 1.300,00
 (10 x R\$ 130,00) – **Inscrições:** 08/05 a 12/05

FOZ DO IGUAÇU (PR)

Saída: 09/07/2006 – **Retorno:** 14/07/2006 – **Transporte:** aéreo
Hospedagem: 4 noites em hotel 4 estrelas – **Alimentação:** meia pensão
Inclusos: guia, transfer e ingressos para os passeios do roteiro
Valor por pessoa apto duplo: R\$ 890,00 (10 x R\$ 89,00)
Opção só com aéreo/ hotel com café da manhã e transfer:
 R\$ 630,00 (10 x R\$ 63,00) – **Inscrições:** 08/05 a 12/05

FORTALEZA (CE)

Saída: 16/07/2006 – **Retorno:** 23/07/2006 – **Transporte:** aéreo
Hospedagem: 7 noites em hotel 4 estrelas – **Alimentação:** meia pensão
Inclusos: guia, transfer e ingressos para os passeios do roteiro
Valor por pessoa apto duplo: R\$ 2.000,00 (10 x R\$ 200,00)
Opção só com aéreo/ hotel com café da manhã e transfer:
 R\$ 1.680,00 (10 x R\$ 168,00) – **Inscrições:** 08/05 a 12/05

POÇOS DE CALDAS / ANDRADAS (MG)

Saída: 19/05/2006 – **Retorno:** 21/05/2006 – **Transporte:** rodoviário
Hospedagem: 2 noites em hotel 4 estrelas – **Alimentação:** pensão completa
Inclusos: passeios – **Valor por pessoa apto duplo:** R\$ 276,00
 (6 x R\$ 46,00) – **Inscrições:** 02/05 a 08/05

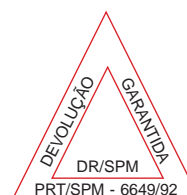


Sindicato dos Profissionais em Educação
no Ensino Municipal de São Paulo

Av. Santos Dumont, 596 - Ponte Pequena - CEP 01101-080
São Paulo - SP - Fone 3329-4500 - e-mail: sinpeem@sinpeem.com.br

DESTINATÁRIO

CORREIOS
IMPRESSO ESPECIAL
6734/01 DR/SPM
SINPEEM



UP - AC. INCONFIDÊNCIA MINEIRA